

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA VIGILANTES: IDENTIFICANDO O PERFIL PSICOLÓGICO DE CANDIDATOS INAPTOS

PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT FOR SECURITY GUARDS: IDENTIFYING
THE PSYCHOLOGICAL PROFILE OF UNSUITABLE CANDIDATES

Ciências Sociais Aplicadas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776691332](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776691332)

Iara Thuanny Muniz da Silva Cahú¹

Daniele Mejia Cavalcante²

RESUMO

A avaliação psicológica para porte de arma de fogo vem apresentando um considerável crescimento, vez que esta engloba a avaliação psicológica para vigilante. Nesse contexto, há os candidatos que em exercício da profissão são considerados inaptos no processo de reavaliação. Dessa forma, o presente artigo procurou voltar-se para esses indivíduos, buscando a compreensão dos aspectos que interferem para o resultado negativo, apontando que o nível exigido na avaliação psicológica para porte de arma é muito elevada para a categoria dos vigilantes. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa, descritiva e exploratória. Para a coleta dos dados, foi utilizada a observação, a análise documental e a entrevista semi-estruturada. A amostra foi composta por 6 candidatos os quais estavam sendo reavaliados. Os resultados foram analisados através da Análise de conteúdo, onde mostrou a maior incidência de dificuldades em virtude do grau de escolaridade muito baixo e contraperfis específicos a profissão de vigilante.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; vigilante; perfil psicológico; inaptidão.

ABSTRACT

A psychological evaluation for being able to use firearms is growing considerably, since encompasses a psychological evaluation of protection guards. In this context there are candidates working in the profession considered unfit for the job, in the reevaluation process. Therefore, this article tried to turn to those candidates, seeking to understand the aspects that leads to negative results, stressing out that the required level of psychological evaluation for caring a gun is too high for the profession of protection guards. As far as the methodological aspects of this research it is characterized

by being qualitative, descriptive and explanatory. For data collection we used observation, documents review, and semi-structured interviews. The sample were made out of 6(six) candidates in the reevaluation process. The results were made using content analysis which shows the larger incidence of difficulties due to the very low level of education of the specific agent and counter-profiles specifics of the profession of protection guards.

keywords: Psychological Evaluation; Protection Guards; Psychological Profile; Unfit.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é um procedimento que visa avaliar os diversos processos psicológicos que compõem o indivíduo através de instrumentos previamente validados, que são aqueles que seguem os critérios de exigências estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia. Dessa maneira, vale ressaltar que o psicólogo é o único profissional habilitado por lei a exercer esta função conforme art. 18 da Resolução do CRP nº002/2003 (BRASIL, 2014).

A avaliação psicológica para porte de arma de fogo está amparada na Lei nº 10.826/03 e no Decreto 5.123/2004 que aponta a importância e responsabilidade técnica e ética do psicólogo que atua nesta área, enquanto profissional credenciado à Polícia Federal para a realização de Avaliação Psicológica (BRASIL, 2013).

Inserido no contexto da avaliação para porte de arma, existe a avaliação para vigilante, dado que, o mesmo utiliza armamento em sua atuação profissional.

Dessa forma, o presente estudo surgiu da necessidade de explorar os diversos processos psicológicos que compõem os indivíduos que

pretendem exercer a profissão de vigilante buscando identificar os fatores que contribuem para um resultado de inaptidão e o discurso proferido decorrente desse resultado.

Esta área foi escolhida a fim de obter melhor conhecimento dos fatores que podem interferir no processo de avaliação, principalmente os fatores que são característicos da personalidade de quem deseja ser vigilante.

Esta temática terá como propósito contribuir para a melhor compreensão do processo que define se um indivíduo é apto ou inapto. Tal proposta poderá contribuir para com os profissionais da área da Psicologia que trabalham diretamente com esse público, levando-os a compreender a importância da avaliação psicológica para o resultado final do exercício de uma função.

Sendo assim, surgiu o seguinte problema: diante do resultado de inaptidão quais argumentos advindos do candidato caracterizam um perfil inadequado para a profissão de vigilante?

Dessa forma, serão também expostos os objetivos específicos, que vem contribuir para: identificar quais aspectos ambientais da avaliação podem interferir no resultado de inaptidão, procurar identificar as principais características de personalidade que propiciam a inaptidão, identificar quais os instrumentos utilizados para análise deste perfil, e por ultimo, analisar o conteúdo expressado decorrente ao processo de devolutiva do resultado negativo.

Sendo assim, por se tratar de um perfil psicológico específico, o profissional de psicologia precisa estar atualizado com relação à avaliação deste público, pois as resoluções que determinam a

maneira de realizar o processo de avaliação são alvo de frequentes questionamentos, bem como: se os testes exigidos são suficientes para condizer um perfil e se a escolaridade exigida não é muita baixa para a realização de alguns testes psicológicos. Sendo assim, o psicólogo necessita de recursos teóricos-técnicos e éticos para exercer sua função sem que traga prejuízos sociais e seu trabalho sirva para o aperfeiçoamento da ciência psicológica como uma possibilidade efetiva de entender o ser humano (ANCHIERE E CRUZ, 2012).

Como procedimento metodológico esta pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, descritiva e exploratória, realizada mediante pesquisa de campo, junto ao Centro de Instrução Especializado em Segurança – CIESE.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Avaliação Psicológica

De acordo com Anchieri e Cruz (2012), “o conceito de Avaliação Psicológica exige que seja caracterizado não apenas como um procedimento de trabalho do psicólogo, mais como um corpo de conhecimentos orientados metodologicamente para explicação e resolução dos problemas humanos em matéria de Psicologia”.

Dessa maneira a Avaliação Psicológica é um processo científico, fundamentado através de teorias e metodologias que permitem estimar o valor e as qualidades de fenômenos psicológicos nas condições de vida das pessoas, onde cada um que constrói o mundo não são caixas pretas, meros receptores passivos, mas pensadores ativos que produzem e comunicam incessantemente suas próprias

representações e soluções específicas para as questões que lhes são postas.

Dessa forma, cabe ao psicólogo então, manter em mente noções que ao realizar o processo, tem que buscar uma relativização dos efeitos desta avaliação, que embora sustentada em bases teóricas, possui uma grande carga de elementos pessoais de cada indivíduo.

De acordo com Anchiere e Cruz (2012) as investigações provindas dos testes se dão com a aplicação de diversas técnicas, apoiadas no tipo de avaliação que se pretende fazer, para aquilo que se pretende investigar. Cada teste tem uma descrição metodológica específica, com a finalidade de controlar e excluir quaisquer variáveis que venham a interferir no processo, para que se obtenha um resultado preciso das reais condições do avaliando.

Dessa maneira, a avaliação psicológica dispõe de um conjunto de técnicas que visam operacionalizar o processo de testagem de forma flexível, levando em consideração a singularidade de cada pessoa.

Assim, Primi (2010) trás que, saindo das questões relativas aos perfis de pessoas, e direcionando-se ao contexto em que os instrumentos são usados, veremos que várias consequências sociais se desdobram em função do uso que é feito desses instrumentos, suscitando questões importantes da avaliação que requerem investigações específicas. Essas questões apresentam uma grande relevância social e se relacionam diretamente com as críticas mais amplas à avaliação, embora não tenham sido sistematicamente estudadas.

2.2. Avaliação Psicológica Para Vigilantes.

No que concerne à avaliação de vigilantes, atualmente, muitos psicólogos estão atuando com avaliação psicológica de candidatos ao curso de Formação de Vigilantes e a reciclagem anual dos que já atuam na profissão (PEREIRA, 2012).

[...] após ingressar na área da segurança privada, o vigilante deve se submeter a essa avaliação periodicamente, para que possa participar dos cursos obrigatórios de reciclagem profissional e permanecer em exercício da profissão. O procedimento de avaliação psicológica é um exame no qual o psicólogo deve avaliar as funções psicológicas e cognitivas do vigilante, e sua saúde mental, de uma forma mais ampla, analisando se as condições apresentadas pelo trabalhador lhe permitem o exercício da profissão". (VIEIRA, 2009, p.1)

Através da Instrução Normativa do Departamento da Polícia Federal- DRF N° 78, de 10 de fevereiro de 2014, do Capítulo I, Inciso 1°; regulamenta o exercício da profissão de vigilante e esclarece que a aptidão psicológica deverá ser realizada em um período não superior há um ano do respectivo requerimento enviado a polícia federal objetivando um controle efetivo aos indivíduos que buscam essa profissão (IN 78,2014)

A polícia federal através do artigo 4° da mesma Instrução Normativa determina que para a avaliação de vigilantes é necessário que seja utilizada uma bateria de instrumentos psicológicos que possam aferir características de personalidade e habilidades específicas aos

vigilantes. Devem contar no mínimo um teste projetivo, um teste expressivo, um teste de memória, um teste de atenção difusa e concentrada, além de uma entrevista semi-estruturada (IN 78, 2014).

Os testes projetivos têm como objetivo principal a projeção da personalidade, possibilitando a manifestação direta de aspectos dos quais o sujeito não tem conhecimento, não quer ou não pode revelar, isto é, aspectos mais profundos e inconscientes (VAN KOLCK,1984). Um exemplo de teste psicológico que esta nesta categoria é o Teste de Apercepção Temática, conhecido como TAT.

Os testes expressivos, segundo Anastasi (1977) promovem a auto expressão, o sujeito não apenas revela suas dificuldades emocionais, mais procura liberta-se delas. As técnicas utilizadas com mais frequência nessa categoria, é o desenho e o uso dramático de brinquedos. Um teste que pode ser utilizado é o Desenho da Figura Humana.

Para Machado e Morona (2007) os testes de memória têm como finalidade investigar a capacidade de fixação, conservação, evocação e reconhecimento frente a um estímulo. Um teste que pode ser utilizado é o BFM II.

Os Testes de atenção buscam a capacidade do psiquismo de concentração frente a um estímulo (MACHADO E MORONA, 2007). Um exemplo de teste que engloba essa categoria é o Teste de Atenção Concentrada, conhecido como AC.

Quando se refere à entrevista psicológica Machado e Morona explicam:

“A entrevista psicológica é uma conversação dirigida a um propósito definido de avaliação. Sua função básica é prover ao avaliador subsídios técnicos acerca da conduta do candidato, completando os dados obtidos pelos demais instrumentos utilizados”
(MACHADO E MORONA, 2007, p. 31).

Dessa forma, a ordem de serviço nº001, de agosto de 2004, estabelece os critérios para definição da aplicação, do ambiente adequado, da correção, da emissão de laudos. (BRASIL, 2004).

Sobre o ambiente: para aplicação dos testes deverá ser iluminado, ventilado, ausente de ruídos e interferências, higienizado. Os mobiliários devem ser feito de material liso e uma cadeira com encosto que não seja acoplado a mesa. (BRASIL, 2004).

Sobre a aplicação: os instrumentos da avaliação deverão ser aplicados de acordo com as normas previstas nos respectivos manuais e poderão ser aplicados coletiva ou individualmente. Poderão ser aplicados no máximo dez testes individuais por dia e atender no máximo dois turnos de quinze pessoas ao dia. O valor que o psicólogo irá cobrar pela avaliação, não poderá exceder ao valor médio dos honorários profissionais estabelecidos pela tabela do Conselho Federal de Psicologia. (BRASIL, 2004).

Sobre a correção: deverá seguir as normas técnicas previstas nos manuais de cada instrumento e não é permitida a redução ou simplificação dos instrumentos utilizados na avaliação. (BRASIL, 2004).

Em relação ao laudo: o mesmo deverá ser conclusivo, a fim de fornecer subsídios necessários para que a autoridade competente possa deferir ou indeferir a solicitação. O candidato será considerado apto quando estiver dentro da faixa de normalidade contida no manual de cada teste utilizado. O candidato considerado inapto poderá ser submetido a uma nova bateria desde que passados os 90 dias do período de interstício. (BRASIL, 2004).

2.3. Perfil do Vigilante

A fim de melhor compreender a organização do perfil específico dessa categoria profissional, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados do Scielo Brasil (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e Periódicos – Biblioteca Nacional, no período de 2005 a 2014, tendo como foco a avaliação psicológica para vigilantes, resultou em 0 artigos disponíveis na internet. O que mostra, que não há pesquisas específicas em relação a avaliação psicológica desse perfil.

Dessa forma, o Decreto nº 15.160, de 1º de março de 2013 da Prefeitura de Minas Gerais, esclarece que o perfil psicológico é o conjunto de fatores, características ou traços presentes na personalidade de cada indivíduo que, ao interagirem, resultam numa dinâmica de comportamento única, que remete ao funcionamento ou modo de ser de cada um, num dado momento. Reúne as características psicológicas identificadas para avaliação, passíveis de observação, aferição e/ou dimensionamento, com vistas a identificar as tendências do comportamento e estabelecer um prognóstico de adaptação e desempenho do indivíduo num cargo (DECRETO nº15.160/2013).

Sendo assim, o Decreto nº 15.160, de 1º de março de 2013 da Prefeitura de Minas Gerais, vem clarificar os perfis psicológicos adequados ao vigilante.

Afetividade é um potencial de energia do indivíduo em relação à vida, que permeia toda a sua vivência, determinando a atitude geral dele frente às suas experiências. Relaciona-se aos sentimentos, representando uma capacidade psíquica, subjetiva e interna de vivenciar e de exprimir os afetos. A afetividade de cada indivíduo reveste suas vivências de significado e valor, delineando uma forma de expressão do seu psiquismo. (DECRETO nº15.160/2013).

Agressividade é uma força ou disposição necessária para impulsionar o indivíduo para a ação, o combate, para superar os obstáculos, enfrentar as situações com firmeza e buscar realizar seus objetivos. Também pode ser caracterizada como uma tendência ou disposição para agredir, voltada para si ou para os outros, e para cometer atos violentos e destrutivos. (DECRETO nº15.160/2013).

Atenção é a capacidade de se ater a um ou mais aspectos da experiência, destacando-o em relação aos demais, concentrando a atividade mental nesse foco. (DECRETO nº15.160/2013).

A Disciplina é a observância e acatamento de preceitos ou ordens; sujeição das atividades instintivas às refletidas; atitude de consideração e obediência à autoridade e à hierarquia estabelecida; submissão a um regulamento; procedimento correto (DECRETO nº15.160/2013).

A emotividade refere-se à capacidade de esboçar, de forma emergencial, reações orgânicas e psíquicas, intensas e momentâneas, como consequência a estímulos significativos,

podendo variar nas formas de manifestação de acordo com a intensidade do estímulo, o estado das funções orgânicas e psíquicas e o nível de autocontrole do indivíduo. (DECRETO nº15.160/2013).

Impulsividade é a capacidade de responder rapidamente, refletida ou irrefletidamente, a um estímulo interno ou externo. Se em dimensão elevada ou descontrolada, pode significar uma tendência a reagir de forma brusca, intensa e precipitada aos estímulos. (DECRETO nº15.160/2013).

Sociabilidade refere-se ao comportamento social e às relações psicológicas estabelecidas entre as pessoas. Dizem respeito à capacidade de interagir com as pessoas de forma apropriada, nas diversas situações, bem como de estabelecer relacionamentos. (DECRETO nº15.160/2013).

Sinais fóbicos é um medo de caráter psicopatológico excessivo, persistente e recorrente de objetos, seres ou situações do mundo exterior, desproporcional em relação à possibilidade real de perigo, que, frequentemente, leva o indivíduo a desenvolver evitação ou fuga, desencadeando crises de ansiedade, angústia e/ou pânico. (DECRETO nº15.160/2013).

3. METODOLOGIA

O presente estudo propõe a identificação e análise do perfil psicológico de candidatos que são submetidos à avaliação psicológica para exercer a profissão de vigilante e tem o resultado de inaptidão. Foram utilizados os procedimentos metodológicos de observação, levantamento documental e entrevista semi-estruturada. A abordagem utilizada para a análise qualitativa será através da análise de conteúdo.

3.1. Análise de Conteúdo

De acordo com Moraes (1999) a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

Ainda em Moraes (1999), em qualquer de suas abordagens fornece informações complementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja ele linguista, psicólogo, sociólogo, educador, crítico literário, historiador ou outro. Como método de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, qual seja a comunicação.

Dessa forma, a análise de conteúdo é uma técnica onde se pode ler e interpretar o conteúdo de qualquer documento, que com um conceito adequado abrem as portas ao conhecimento de fenômenos da vida social, quanto de aspectos inacessíveis do próprio indivíduo.

O analista trabalha com palavras que, isoladas, podem atribuir relações com a mensagem ou possibilitar que se faça inferência de conhecimento a partir da mensagem. São estabelecidas correspondências entre as estruturas linguísticas ou semânticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. A leitura do pesquisador responsável pela análise não é uma leitura à letra, mas, o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (BARDIN, 1977).

“A análise de Conteúdo costuma ser feita através do método de dedução freqüencial ou análise por categorias temáticas, [...] é o modo de acesso ao objeto. A interpretação da Análise de Conteúdo poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, [...] a análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos”.(CAREGNATO, 2006, p. 6)

Dessa forma, como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto, sendo este, uma forma de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as palavras ou frases que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.

3.2. Local da Pesquisa

Acerca do local de realização metodológica, foi realizado junto ao Centro de Instrução Especializado em Segurança - CIESE, situado à Av: Amazonas, 4170, bairro: Nova Porto Velho.

O referido Centro foi fundado em 1995, por Valdeny Costa de Aguiar dos Santos, iniciando suas atividades em Porto Velho, e em seguida, estendeu suas atividades para a cidade de Ji-Paraná. Possui sede própria e atua no segmento de segurança. Atende uma média de 300 (trezentos) alunos mensais, com atividades de curso de formação de vigilante e reciclagem. Sendo que, apenas em torno de 15% dos candidatos são considerados inaptos.

A avaliação psicológica é exigida pelo critério da Polícia Federal através da Instrução Normativa nº 78, de 05 de março de 2014. Com a finalidade de estabelecer procedimentos para o credenciamento e fiscalização da aplicação e correção dos exames realizados por psicólogos, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme previsão da Lei nº 10.826/2003, e para exercer a profissão de vigilante (MINISTÉRIO da JUSTIÇA, DPF, 2013).

Como critério de seleção para esta pesquisa foram convidados a participar vigilantes que estão no exercício de suas funções que precisam ser reavaliados no constante a avaliação psicológica, conforme preceitua a legislação. Homens e mulheres entre 25 e 35 anos de idade com mais de 5 (cinco) anos de profissão.

A pesquisa foi realizada durante o mês de setembro de 2014, tendo em vista a disponibilidade da psicóloga que atua no local e a aprovação do projeto junto ao Conselho de Ética da ULBRA.

Em primeiro momento foi feita uma visita à instituição, para realizado o pedido formal de autorização para a execução do trabalho. Após o recebimento da autorização, em um segundo momento, foi realizado o convite aos possíveis participantes. Aos que

desejaram participar foi entregue o termo de consentimento livre e esclarecido onde foram entregues duas vias e ambas assinadas, para que, uma fique com o participante e a outra com o pesquisador.

O terceiro momento foi à execução da pesquisa, utilizando a observação a análise documental e a entrevista devidamente gravada. Sempre procurando manter os preceitos éticos estabelecidos no Código de Ética.

3.3. Coleta de Dados

A pesquisa teve a observação como primeiro instrumento de coleta, pois se caracteriza por um método mais aberto de coleta de dados e sem dúvida o primeiro instrumento que o profissional de Psicologia aprende a utilizar, tornando mensurável o comportamento que se expõe por parte do sujeito que o manifesta (MACHADO E MORONA, 2007).

Outro foco foi a coleta por meio de levantamento documental, pois sob a supervisão de uma psicóloga, foram manuseados os testes psicológicos no qual os candidatos realizaram, constando o resultado de inapto, para verificar as relações existentes entre os resultados e o discurso proferido dos participantes, onde pudessem aparecer sinais de agressividade, impulsividade, falta de atenção e sinais fóbicos.

E o último aspecto da coleta de dados foi através da entrevista, pois busca compreender o desenvolvimento de uma relação entre o entrevistado e o entrevistador, relacionada com o significado da comunicação. Revela dados introspectivos (a informação do entrevistado sobre os seus sentimentos e experiências), bem como o

comportamento verbal e não verbal do entrevistador e do entrevistado (CUNHA, 1986).

Dessa forma, a presente pesquisa irá apresentar os dados de forma qualitativa da análise documental e análise de conteúdo, sendo que, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. “(...) qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, 1977, p.32).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir inicia-se a descrição dos resultados obtidos através da utilização dos instrumentos de coleta de dados, partindo da análise dos testes psicológicos e em seguida das entrevistas com os vigilantes que estavam sendo reavaliados pelo CIESE.

Foram colaboradores da pesquisa 6 indivíduos, não podendo ter uma quantidade maior, pois muitos alegaram que não aceitavam uma entrevista gravada e outros por motivo de que a pesquisas não tinha nenhum tipo de remuneração a ser ofertada. Ressaltando que todos os indivíduos participantes terão o nome sobre sigilo e serão utilizados nomes fictícios.

No que se refere à categoria profissional, participaram do estudo 5 homens (83,33%) e 1 mulher (16,66). A adesão ao estudo pelo gênero masculino se deu em virtude de termos uma quantidade maior de profissionais homens que atuam na área de vigilância.

O que se percebeu durante as visitas ao local de aplicação dos testes psicológicos, é que a quantidade de indivíduos que participam da

avaliação são 10 por sala, onde no máximo 3 são mulheres.

Esse dado reflete que a vigilância patrimonial é uma profissão na qual o sexo masculino predomina e essa é uma característica marcante dessa categoria profissional. Dessa forma, O segmento de vigilância patrimonial privada historicamente emprega força de trabalho masculina, possuindo 89,6% de trabalhadores homens (Nunes, 2011). Contudo, algumas transformações tem gradativamente aberto à contratação de mulheres.

A média de idade desses profissionais é de 40 anos, tendo como idade máxima 43 anos e mínima de 25 anos. Isso mostra uma característica da atuação profissional, onde a maioria dos indivíduos que buscam essa área retrata a procura de melhor qualidade de vida, vez que os requisitos de escolaridade são muito baixos.

No que se refere ao tempo de trabalho desses profissionais constatamos uma média de 10 anos, com um tempo mínimo de 5 anos e máximo de 18 anos.

A escolaridade mínima exigida para atuar como vigilante é a 4ª ano do ensino fundamental. Onde, 66,66% possuíam apenas a 4ª série do ensino fundamental e 33,34 já haviam cursado o ensino médio.

Na variável estado conjugal, houve um predomínio de profissionais casados (66,64), com um percentual significativo de profissionais solteiros (33,36), mostrando-nos a predominância da família nuclear. Sendo que, Alves (2009), trás que a família nuclear é composta apenas pelo núcleo principal, representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos. No que se refere ao turno de trabalho, 16,66% informaram que exercem suas atividades profissionais nos turnos da manhã e tarde, seguido por

33,32% que trabalham a noite e 50,02 que estão desempregados. Percebe-se que a maioria dos profissionais está à procura de emprego, pois relataram que por conta do teste psicológico ter dado inapto, tiveram que ser afastados de suas funções.

4.1. Testes Psicológicos na Visão de Quem o Faz

Os testes psicológicos utilizados no CIESE para a realização da avaliação psicológica para os vigilantes, para cada categoria descrita na Instrução Normativa nº 78 da Policia Federal (2014), são: Teste Palográfico, Teste AC, Teste Beta III, TEM-R, Teste EATA (Escala de Agressividade) e uma entrevista.

Para à Policia Federal, a bateria de testes é necessária para condizer o perfil psicológico adequado ao vigilante, sendo que na bateria utilizada pelo CIESE, falta uma das categorias exigidas pela policia federal, que é o teste projetivo.

Testes Psicológicos

Testes Psicológicos	Função
Teste Palográfico	Avalia a personalidade por meio de comportamento expressivo.
Teste AC	Avalia a capacidade de uma pessoa em selecionar apenas uma fonte de informação diante de vários estímulos distratores em um tempo pré-determinado.
Teste Beta III	Avalia a Inteligência geral e o raciocínio matricial.
Teste TEM-R	O TEM-R oferece uma avaliação referente à memória de reconhecimento.
Teste EATA	A Escala para Avaliação de Tendência à Agressividade (EATA) avalia a tendência à manifestação de condutas

Fonte: Cahú, Porto Velho, 2014.

Mais na visão dos vigilantes, os testes psicológicos ficaram mais difíceis de serem realizados, vez que, em torno de 66,66% dos participantes da pesquisa, já passaram pela avaliação psicológica no mínimo 4 vezes e relatam que não era rigorosa como no ano de 2014. Podemos então esclarecer que com a instrução normativa nº 78, houve o acréscimo de mais duas categorias de testes psicológicos, que são os testes de memória e atenção.

“A avaliação psicológica está cada dia mais difícil. Já fiz outras duas vezes e não tinha reprovado. Antes eram apenas três testes, hoje são 5 e o tempo que temos que ficar na sala é mais de duas horas. Chega a cansar”. (MARIA)

“Eu já fiz quatro avaliações, apenas a última deu resultado negativo. Esse ano ficou mais difícil. Não sei se foi os testes, ou a quantidade deles. Antes eram testes diferentes. Eu os considerava muito mais fáceis dos que os de agora” (PAULO)

Podemos dizer que o conteúdo expresso pelos participantes condiz com dois motivos principais: o primeiro seria a baixa escolaridade exigida para ser vigilante e a outra os testes psicológicos utilizados para tal avaliação serem os mesmos exigidos pela polícia federal para porte de arma, no qual, qualquer profissional (seja de nível fundamental, médio ou superior) passam pela mesma bateria.

Anterior ao ano de 2014, a polícia federal orientava aos psicólogos a utilização da Instrução normativa nº 70. No início do ano de 2014, a instrução normativa mudou alguns critérios, e foi criada a instrução

nº 78, onde começou a vigorar os testes que teriam que ser utilizados. Mesmo com a mudança dos testes, a escolaridade para a realização dos mesmos não mudou. E foi nesse ponto onde a maioria dos candidatos relataram ter dificuldades.

*“Pra te ser bem sincero, eu parei de estudar na 4ª série e não procurei mais a escola. Pois precisava em primeiro lugar trabalhar. Daí vi o curso de vigilante como uma oportunidade de melhorar de vida. Mais agora percebo que mesmo assim não posso parar de estudar, pois o que é exigido, vai muito além da minha 4ª série.
(JOÃO)*

Em relação aos testes, não é que de fato ficaram difíceis, a realidade é a quantidade dos instrumentos aplicados em um único dia, o que dificulta a capacidade de concentração, além da baixa escolaridade dos candidatos que o deixam ansiosos pelo simples fato de terem que ler e escrever, e isso foi percebido através da observação no momento de aplicação dos testes e confirmado posteriormente através da entrevista. E esses são alguns motivos que fazem os participantes apontarem os testes psicológicos como estando mais difíceis. E que posteriormente torna-se um fator que ocasiona a inaptidão.

4.2. Contraperfil: O Que os Testes Revelam é o Que de Fato é Expressado?

Foram analisados os testes psicológicos realizados pelos 6 participantes, onde a incidência maior se deu em virtude de aspectos subjetivos, aqueles em que o próprio sujeito desconhece sua existência. E que pôde ser comprovado através da entrevista psicológica.

Em 83,33 % dos candidatos inaptos, apareceu a incidência da agressividade. o Decreto nº 15.160, de 1º de março de 2013 da Prefeitura de Minas Gerais, clarifica o fator agressividade como um contraperfil para exercer a profissão de vigilante e esclarece: Com a agressividade aumentada, o vigilante poderá, mesmo apresentando mecanismos de controle, agir de forma demasiadamente intempestiva e impositiva frente a situações de conflito, ou mesmo cometer atos violentos e antissociais. Com a agressividade diminuída, o vigilante poderá reagir de forma passiva em situações que exijam mais “firmeza” e assertividade.

“Eu nem sabia que eu era agressiva. E pior, nunca em outro teste isso foi dito pra mim. Fico é assustada porque sempre fui tão tranquila. Às vezes fico estressada, mais não é pra tanto. Acho até que quase nem fico assim.” (MARIA)

Outros três fatores foram de grande relevância para ser considerado um contraperfil, em 66,66% dos participantes foram apontadas através da bateria de testes psicológicas realizada pelos mesmos, às características de: atenção, emotividade e impulsividade.

Sendo que o mesmo decreto nº 15.160, estabelece: o vigilante deve apresentar a capacidade de atenção dentro dos padrões de normalidade, de modo a favorecer a concentração, a percepção, o pensamento e o raciocínio, sobretudo os que estiverem em áreas de grande vulnerabilidade social.

Para o vigilante sua emotividade deve estar em perfeito estado normal, pois suas ações devem ser previamente planejadas, podendo ser previsíveis. Porém, ele também estará sujeito a situações estressantes, tensas e inesperadas.

E em relação ao descontrole da impulsividade, espera-se que o vigilante apresente-a sobre controle para não agir de forma impetuosa, explosiva, instintiva e descontrolada e, sim, agir de forma refletida, adequada e eficiente.

“De certa forma, eu acho que os testes tem um pouco de razão, afinal eu sempre fui meio impaciente, estressado, nunca fui de levar desaforo pra casa. As vezes não sei controlar meus impulsos. Já até briguei algumas vezes na rua. Mais agora eu sei que isso reflete na minha profissão”. (PEDRO)

“Eu não acreditava muito nesses negócios de testes psicológicos não, achava a maior baboseira, agora vi de fato que aparece muita coisa de mim, ai. Eu sou meio desatento com algumas coisas, demoro pra perceber certas coisas, e num é que apareceu nesse negocio aí”. (JOÃO)

E como último quesito mas, não menos importante, os sinais fóbicos apareceram em 100% das características que revelam contraperfis dos participantes. Para o decreto nº 15.160, citado acima, os sinais fóbicos é um medo de caráter psicopatológico excessivo, persistente e recorrente de objetos, seres ou situações do mundo exterior, desproporcional em relação à possibilidade real de perigo, que, frequentemente, leva o indivíduo a desenvolver evitação ou fuga, desencadeando crises de ansiedade, angústia e/ou pânico. As presenças desses sinais podem impedir o exercício da atividade.

“Dona, não é que é verdade mesmo, eu sempre tive muito medo, principalmente de entrar um ladrão no lugar que eu esteja trabalhando e ele me matar, o que você sabe que nessa profissão pode acontecer.” (MARIA)

“Eu achei que não tivesse medo de nada, até o dia em que assaltaram o ambiente em que eu estava e ainda no meu turno. Se passaram várias coisas na minha cabeça, desde o dia em que aconteceu, não consigo dormir, o medo é recorrente, tenho medo até de uma barata que passe sobre meu pé. Minha esposa diz pra eu procurar ajuda, porque já tá passando do limite. E não pensei que fosse refletir aqui”. (PEDRO)

Fazendo uma análise das entrevistas e dos testes psicológicos realizados pelos candidatos a vigilantes, o que foi relatado pelos participantes, não foge do que acontece em suas vidas, pois o ambiente de trabalho é um ambiente social, onde os mesmos tem que aprender a lidar com suas escolhas. O perfil psicológico desses candidatos interfere diretamente no exercício profissional, e foi de fato o que os testes psicológicos apontaram. Muitos deles nem sabiam se realmente era o que se passava com eles. Pois relataram que nunca tiveram uma devolutiva dos seus testes psicológicos, só sabiam da inaptidão através da secretária do CIESE.

O Conselho Federal de Psicologia (2005) aponta o entendimento de que a informação dos resultados é um direito do cliente e um dever do psicólogo. Se tal entendimento tem, por um lado, o mérito de procurar garantir ao usuário o direito ao acesso às informações relativas ao trabalho que se encerra, por outro, busca dar ênfase a uma parte essencial do serviço prestado pelo psicólogo, focando a importância do fechamento de um processo com a apresentação/compartilhamento das conclusões do trabalho realizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo foi fundamentada através da análise de conteúdo, permitindo a investigação dos fatores que podem contribuir para o resultado de inaptidão para a profissão. Onde os mesmos estão sendo reavaliados no Contexto da Avaliação Psicológica. Importante esclarecer que vários participantes alegaram não quererem participar da pesquisa por se tratar de ser gravada e sem nenhuma remuneração.

Apesar do exposto, o estudo permitiu identificar fatores psíquicos que impedem o exercício da função de vigilante, que entre eles estão a agressividade, a falta de atenção, a emotividade, a impulsividade e sinais de fobia; que puderam ser verificados através dos testes psicológicos realizados pelos participantes. Sem que fossem excluídos, os fatores que compreendem a baixa escolaridade dos participantes e a dificuldade dos mesmos quanto à quantidade de testes psicológicos que são aplicados como exigência à prática da atividade profissional do vigilante. E todos esses fatores foram considerados características próprias dos candidatos que são considerados inaptos.

Um dos limites desse estudo diz respeito à escassez de estudos voltados para a área de vigilância, o que não permite uma análise mais profunda das características de personalidade desses indivíduos, dificultando a comparação dos resultados com outras investigações realizadas.

Com base nos resultados encontrados, espera-se que os profissionais da área de psicologia que trabalham diretamente com esse público sensibilizem-se para instrumentalizar-se e procurar dar mais atenção aos perfis adequados para a profissão de vigilante, vez que, esses indivíduos trabalham diretamente com vidas humanas. Sendo

que poderia ser elaborada uma resolução específica para este perfil profissional.

A partir dos resultados conclui-se que os objetivos propostos foram alcançados. Ressalta-se, a rigidez nesse tipo de avaliação psicológica, pois essa categoria profissional possui um nível de escolaridade muito baixo, o que para os próprios participantes interferem na hora da realização da avaliação psicológica, sendo necessária atenção do psicólogo na escolha dos instrumentos e na aplicação da avaliação;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Roosenberg Rodrigues. **Família Patriarcal e Nuclear: Conceitos, características e transformações.** Universidade Federal de Goiás- UFG, 2009.

ANASTASI, Anne; tradução de Dante Moreira Leite; Testes Psicológicos. 2.ed. São Paulo: EPU, 1977.

ANCHIERE, João Carlos; CRUZ, Roberto Moraes. **Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos.** 5 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento da Polícia Federal. **Instrução Normativa nº 70 de 30 de Abril de 2013.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html,pelocodigo00012013043000050> Acesso em: 19 de Março de 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça; Departamento da Polícia Federal. **Instrução Normativa nº 78 de 10 de Fevereiro de 2014.** Disponível

em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/in-dpf-78-2014.htm>.

Acesso em: 19 de Março de 2014.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **O Perfil e Contraperfil Psicológico do Guarda Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Decreto nº 15.160, de 1º de março de 2013. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download...pdf>. Acesso em: 11 de Maio de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.123 de 1º de Julho de 2004**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004-2006/2004/decreto/D5123.htm. Acesso em: 22 de Março de 2014.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, p. 679-684, 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. **Pesquisa Qualitativa: Análise do Discurso versus Análise de Conteúdo**. Florianópolis- SC, UFRGS, 2006.

CFP - Conselho Federal de Psicologia, (2013). **Cartilha Avaliação Psicológica**. 1ºed. Brasília 2013. Disponível em: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/cartilha.pdf>. Acesso em: 31 de Maio de 2014.

MACHADO, Adriane Picchetto; MORONA, Valéria Cristina. **Manual de Avaliação Psicológica**. – Curitiba: Unificado, 2007.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NUNESs J.H. (2011). **“A seu dispor!” Identidades e interação no trabalho em serviços.** In J.H. Nunes (Org.). A seu dispor! Sociologia do trabalho em serviços (pp. 15-48). Goiânia: Editora da PUC Goiás.

PEREIRA, Idima Nogueira Suriano. **A Avaliação Psicológica na Concessão de Registro e/ou Porte de Arma de Fogo e suas Implicações Sociais.** Itaperuna, RJ; 2012. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/A-avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica-na-concess%C3%A3o-de-registro-e-ou-porte-de-arma-de-fogo-e-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-sociais.pdf>. Acesso em: 20 de Março de 2014.

PF - Portal da Policia Federal. **Credenciamento de Psicólogos.** Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/servicos/armas/credenciamento-psicologos/credenciamento-psicologos-1>. Acesso em: 13 de Abril de 2014

PRIMI, Ricardo. **Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, Situação Atual e Direções para o Futuro.** Universidade São Francisco, São Paulo- 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a03v26ns.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

RESOLUÇÃO CFP nº 002/2003. **Define teste psicológico como privativo dos psicólogos e regulamenta sua elaboração, comercialização e uso.** Brasília (DF), 2004. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/legislacao>. Acesso: 20 Abril. 2014.

VAN KOLCK, Odete Lourenção. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico.** São Paulo: EPU, 1984.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. **A avaliação psicológica dos vigilantes: identificando os efeitos do trabalho sobre a saúde mental.** Belo Horizonte: Sindicato dos Empregados de Empresas de Vigilância de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/136890222/A-Avaliacao-Psicologica-dos-Vigilantes>. Acesso em: 15 de Maio de 2014

¹ Formanda em psicologia da Universidade Luterana do Brasil - ILES/ULBRA. E-mail: iarathuannymuniz@gmail.com

² Docente da Universidade Luterana do Brasil- ILES/ULBRA.
Mestranda em Psicologia UNIR.